

Processo TC nº 006.773/2013-3  
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão de fraudes na concessão de benefícios previdenciários verificadas no posto da Tijuca, situado no Município do Rio de Janeiro, causadoras de prejuízo ao erário.

2. As irregularidades foram perpetradas por ex-servidores da autarquia, Sra. Carla Magalhães Caparica, Sra. Ivonete Silva Baldez e Sr. Jorge Luís da Silva Rodrigues. Além deles, o controle interno arrolou como responsáveis desta TCE aqueles que se beneficiaram da fraude.

3. No que tange aos segurados indevidamente favorecidos, o INSS não apurou indícios de que tenham concorrido para o ato ilícito, motivo pelo qual a unidade técnica deixou de promover suas citações e propõe que sejam excluídos desta relação processual. Quanto a este ponto, verifico que o entendimento da Secex/RJ se encontra em consonância com a jurisprudência desta Corte, que em diversas oportunidades se manifestou no sentido de que os beneficiários de fraude ao INSS somente devem figurar como responsáveis em tomada de contas especial quando os elementos probatórios do processo demonstrarem que tenham atuado ativamente para a consecução da fraude (Acórdãos nºs 2415/2004-1ª Câmara, 859/2013-Plenário e 3626/2013-Plenário).

4. Dando seguimento ao feito, os ex-servidores da autarquia foram regularmente citados (peças 14/17, 30/31), mas deixaram o prazo para manifestação transcorrer *in albis*, restando caracterizada sua revelia e impondo-se o prosseguimento ao processo, para todos os efeitos, conforme prevê o art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

5. Assim, com fundamento em documentos constantes de Processo Administrativo Disciplinar que comprovam a autoria e materialidade da fraude, a unidade técnica alvitrou proposta de julgamento irregular das contas dos responsáveis, condenando-os ao ressarcimento do débito e ao pagamento da multa insculpida no art. 57 da Lei nº 8.443/92. Adicionalmente, foi proposto que os ex-servidores sejam inabilitados para exercer cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, consoante o art. 60 da Lei nº 8.443/92.

6. Não há reparos a fazer ao exame empreendido pela Secex/RJ, eis que os elementos presentes no feito demonstram que os responsáveis atuaram para a concessão de aposentadorias sem que as exigências legais estivessem cumpridas. Da mesma forma, acolho a proposta para que sejam inabilitados para exercer cargo em comissão ou função de confiança, tendo em vista a gravidade das infrações cometidas e a jurisprudência desta Corte (Acórdãos nºs 859/2103, 2299/2013, 3038/2013 e 3039/2013, todos do Plenário)

7. Ante os elementos constantes nos autos e considerando adequada a análise efetuada pela unidade técnica, este representante do MP/TCU manifesta-se de acordo com a proposta formulada na instrução de peça 41, p. 05-16, ratificada pelo pronunciamento de peça 42.

**Ministério Público**, em setembro de 2014.

(Assinado eletronicamente)  
**PAULO SOARES BUGARIN**  
Procurador-Geral